



O XADREZ DA GEOPOLÍTICA VENEZUELANO

THE VENEZUELAN GEOPOLITICS CHESS

Wendell Teles de Lima – UEA - Tabatinga, Amazonas - Brasil.

wendelltelesdelima@gmail.com

Maico Apaguenho Curico - UNIR - Porto Velho – Rondônia - Brasil

Maicobc1991@gmail.com

Sebastião Perez e Souza - SEDUC – Tabatinga – Amazonas - Brasil

perezsouza1810@gmail.com

RESUMO

A geopolítica é um ramo da geografia que constitui grande importância a referir-se na configuração territorial, localização, projeção, domínio e controle político. A constituição desse modelo forma o cenário americano atual, alguns países constituem o cenário sul-americano que desembocam nas formas políticas que se encontram os países que compõem essa região. O caso venezuelano é emblemático e demonstra o conjunto de forças que se encontra a luta pela hegemonia, controle e formas existentes de governos perpassam as disputas geopolíticas que direcionam o interesse e os caminhos que buscam cada país dentro do manto das chancelas norte-americano pela disputa do controle da região com outros países, conseguir paralisar o interesse de outras grandes potências. Nesta reflexão tem-se como ponto de partida a luta do campo de força e estratégias geopolíticas respaldadas pela pesquisa bibliográfica. O desenvolvimento dessa pesquisa, objetiva compreender as formas de atuação geopolítica no subcontinente sul-americano. A escolha da Venezuela como análise é em função de ser investida como uma área escolhida que atualmente está sofrendo intervenções políticas e comerciais dos Estados Unidos e países de vários continentes que são simpatizantes da referida ação que tem como intenção neutralizar, aniquilar o governo e sua geopolítica bolivariana.

Palavras-chave: Geopolítica. Venezuela. Estratégia de planejamento.

ABSTRACT

The geopolitics is a geography branch that constitutes great importance to refer to in territorial configuration, location and projection, domain and political control. The constitution of this model form the current American scenery, any countries constitute the south American scenery that disemboque in the political forms that are met the countries that compose this region. The Venezuelan case is emblematic demonstrates the forces set that is ised the fight by the hegemony, control and governments' existing forms pass by the disputes geopoliticises that address the interest and the ways that seek each country inside seals mantle north american by the control dispute of the region with other countries, manage to paralyze the interest of other great powers. In this reflection it has as party point

the force and strategies geopoliticses field fight backed by the bibliographical research. The development of this objective research in fact to comprehend the performance geopolitics forms in the south American subcontinent. A Venezuela's Choice as analysis is in function of being lunge as a chosen area that nowadays is suffering political interventions and United States and countries commercials of several continents that are referred action sympathizers that has as intention neutralize, annihilate the government and its geopolitics bolivarian.

Keywords: Geopolitics. Venezuela. Strategy.

INTRODUÇÃO

A Venezuela tornou-se um país central na política sul-americana em função de encontrar-se nas rotas de colisão dos interesses norte-americanos e por fazer parte do mediterrâneo e ao mesmo tempo ser ponto de convergência de duas grandes rotas da geopolítica dos fluxos existentes do planeta.

Devido a sua localização e proximidade dos Estados Unidos, a estratégica geopolítica venezuelana vai de encontro ao nacionalismo e contra a dominância, liderança e controle desse país. Esses elementos geográficos constituem outros problemas, como a presença do petróleo e o fato da busca de tornar-se uma liderança na América do Sul contra a ordem política estabelecida existente.

Desta forma a geopolítica denominada configura como parte constituinte do fortalecimento e contraofensiva da política norte-americana, ou seja, quais são os elementos e as dificuldades impostas em sua formação, sendo relativo um poder contraofensivo ou poder que obstina a existir. A política bolivariana tendo como seu arquiteto Hugo Chaves e depois continuando a ideologia de forma mais intrincada com o atual sucessor Nicolás Maduro (2013 - Atual).

O contexto mais complexo em função da ação chinesa e, ao mesmo tempo, dada pela ascensão dos governos de direita que tornam as relações tumultuadas em direção ao regime de Maduro, tornando relações embaraçadas em termos de relações políticas e econômicas, como foi o caso das relações fronteiriças, representações e relações diplomáticas e que diretamente atinge as relações entre os países sul-americanos, tendo a liderança influenciada pelos Estados Unidos.

Alguns problemas ou projeções pensadas pela ação geopolítica bolivariana eram trançados e que objetivam vários eixos constituindo-se pontos basilares que poderiam direcionar a ação do Estado ao tentar e desvendar que as ideias assim projetadas poderiam direcionar a outra constituição em termo de consolidação territorial e estratégia.

METODOLOGIA

A interpretação que norteia a constituição do artigo é fundamentada na análise da relação existente, levando em consideração de três elementos, conforme Hartshorne apud Arcassa (2017) território, povo e relação que variam de acordo com o contexto histórico vivido. Nesta reflexão referindo-se a conjuntura internacional geopolítica em que temos a dominância de potência norte americana e, ao mesmo tempo, os fluxos que começam a permear ação de outros países no continente sul-americano, na busca da análise crítica da compreensão das ações hegemônicas que afetam o território venezuelano.

Numa perspectiva crítica tem-se a pesquisa bibliográfica feita por meio de livros e artigos que constituem um dos pontos centrais no desenvolvimento desse artigo embasando as ideias desenvolvidas ao longo do transcórreer.

UM ESTADO EM AÇÃO GEOPOLÍTICA

O modelo ou escolha de tomada pelos governos mais esquerdistas na Venezuela, tendo em vista ascensão do presidente 1999 – 2013 ou a quinta república, forma de como a constituição do poder se estabelece em função e de como o Estado Venezuelano passa a constituir-se no jogo regional repercutindo diretamente no cenário mundial para Pennaforte (2011) movimento antissistêmicos ou o outro lado do movimento identificado por Immanuel Wallerstein como sistema mundo.

O ideal venezuelano concretizou-se o que se chamou de ideal bolivarianismo ou *Agenda Alternativa Bolivariana* diferente dos demais regimes existentes na América do

Sul colocava-se como um regime diferenciado ou uma nova via para pensar o continente e, ao mesmo tempo, constitui-se em uma nova ordem mundial que caracterizaria um novo polo de poder dentro de uma nova ordem mundial.

O país que aparece como central o polo de poder ou como norte de uma nova alternativa é a própria Venezuela, como notado que ressuscita alguns ideais de Simon Bolívar onde a América espanhola seria um bloco monolítico contrapondo-se as outras formas de poder tendo em vista na época da independência os poderes existentes como o caso dos estadunidenses que se tornara hegemônico nas Américas, uma identidade latina seria fortalecida junto com um novo polo de poder. Para Schenegosk e Albuquerque (2014),

Wallerstein analisou a ascensão de movimentos antissistêmicos particularmente na semiperiferia e na periferia do sistema internacional, interessado em seu potencial revolucionário em relação à ordem internacional capitalista. Entretanto, esse eventual potencial classista situado na arena internacional não deve ocultar a existência de interesses essencialmente nacionais mesmo no interior dos movimentos antissistêmicos, desafio que a literatura internacional ainda não tem enfrentando a contento. (SCHENEGOSK; ALBUQUERQUE, 2014, p. 72).

A tendência de que essas formas de integração ao longo do tempo ou projetos de poderes pensados e projetados, tendo em vista o Estado, caracterizam as suas particularidades como ao longo do tempo como dito no século XX, foi o caso do bolivarianismo que parece bem mais complexo, claramente tendo como linha mestre a ascensão de um poder não só em escala regional, mas um projeto que visará uma hegemonia internacional de poder, pegada a América como plataforma e a liderança incontestável da Venezuela como centro do poder.

O receituário em que esse projeto era assentado em cinco pilares Silva (2011) em que na realidade perdeu-se em função da própria morte de Hugo Chaves em 2013 e ascensão de Nicolás Maduro (2013-Atual) em função dos problemas existentes como migração, crise econômica atingindo diretamente as mais variadas atividades no país, a crise petrolífera do país levando ao colapso.

Numa geopolítica bolivarianista ou polos de excelência, constituíram-se as diretrizes por meio dos objetivos e estratégias para conseguir chegar ao ideal do

estabelecimento do Estado e suas pretensões de projeção de poder conforme o quadro abaixo.

Quadro1 - Causas das enchentes - Diretrizes para uma hegemonia geopolítica.

EIXOS	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS
Econômico	Desenvolver atividade econômica produtiva	Diversificar a produção
Social	Buscar equidade social	Incorpora a Produção Inclusiva
Político	Construir a democracia bolivariana	Participação Protagonista Correspondente
Territorial	Ocupar e Consolidar o Território	Descentralização tendo em vista desconcentração
Internacional	Fortalecer a Soberania um Mundo Multipolar Nacional e Promover	Pluralizar o Multipolaríssimo

Fonte: Silva (2011) adaptado pelos autores.

Os elementos expostos constituiriam e foi deslumbrado por esse regime formado inicialmente, seguindo o pressuposto de meio e fim, de forma integrativa como diferentemente do processo do Projeto Brasil Potência, pensado nos anos de 1970 para o Brasil e que não incluiria a grande parte de população brasileira.

É evidente que não se trata de humanismo apesar de que notar-se que o utopismo prevaleça nos discursos ideológicos rumo ao socialismo sendo uma alternativa ao modelo neoliberal capitalista. Ele é, sobretudo, um projeto concreto rumo à hegemonia Venezuelana e ascensão de poder que já dito, que tem a América do Sul como plataforma para um mundo multipolar ou a uma nova ordem tendo de em vista as pretensões desse país. Somando a uma visão operativa e liderada ao Estado, tendo a população como integrante de uma ação de fortalecimento, como mostra Silva (2011).

Além disso, para aquele autor, o novo manual venezuelano, “Defesa Integral da Nação”, marca o nascimento da doutrina militar da revolução venezuelana.

Decididamente antiamericano, o manual avoca a fusão do Exército e das pessoas, funcionando estrategicamente como parte de uma defesa integrada durante conflitos assimétricos (SILVA, 2011, p. 85).

As forças armadas são pilares do projeto no que se refere a sua proteção, soberania e a própria consolidação e existência, aliás, em função desse projeto torna-se perene e estendem-se até o presente momento com Nicolás Maduro (2013–Atual) ainda muitos analistas, muitas vezes, não compreendem a fidelidade dos comandos das forças e, ao mesmo tempo, de entender que grande contingente populacional é parte de um comando orquestrado.

Além da questão da proteção e soberania que é algo importante para uma unidade nacional, desenvolver sua atividade econômica que terminou sendo condicionada pelo petróleo e que é um importante recurso para esse país, no entanto, estrangulando-o, tendo em vista que terminou criando uma grande dependência a toda sua renda.

Assim, países que precisam do poder do petróleo para exercer alguma influência global, como a Rússia perderia influência, enquanto várias guerras pelo controle dos campos petrolíferos na África ou em outras regiões pobres do Terceiro Mundo provavelmente cessariam. É razoável imaginar também que países e regiões dependentes das rendas do petróleo e que não aproveitaram o seu período de fartura (como fez a Noruega, por exemplo) para tornarem as suas sociedades e economias mais justas e diversificadas estariam numa situação, no mínimo, difícil. É o caso dos países árabes ou da Venezuela (BERTONHA, 2005, p. 03).

A oportunidade em mudar em termos da dependência econômica como é o caso do petróleo em função das Commodities não foi feita ao longo do tempo dos governos venezuelanos que passaram pelo comando do país que não trouxe uma diversidade na atividade produtiva tornando diretamente o país dependente do capital internacional não o ajudando a diminuir da única fonte de renda.

Os fatores geográficos como a bacia petrolífera e a plataforma continental exportadora que privilegia sua localização facilitando diretamente o escoamento do petróleo que resulta numa facilidade de escoamento dessa produção para as grandes potências consumidoras desse bem.

O petróleo foi também responsável pela conformação de um modelo de desenvolvimento rentista, dependente da exportação de uma única commodity, que inseriu na economia elementos conhecido da teoria da

“maldição dos recursos naturais”: pouco incentivo à diversificação produtiva, sobrevalorização da moeda nacional e instabilidade macroeconômica. Na história venezuelana, os principais acontecimentos políticos também foram influenciados pelo petróleo. (MOREIRA, 2018, p. 18).

O mar caribenho ou sistema geográfico caribenho assim denominado demonstra que como o país estruturou-se ao longo do processo de sua formação e de seu espaço geográfico formando todo o país, ou seja, criando um país para fora conforme a figura 01 deixando a sua constituição interna deixada para trás.

Figura 1 - Estrutura da Venezuela



Fonte: Expedicaoamericas.blogspot, (2019).

Ao longo do século XX foi que começou a surgir o interesse voltado para o sul em direção aos países mais desenvolvidos através de algumas iniciativas como através da ligação do Guri e a BR-174, como exemplos de estruturas integrativas. Santos (2013) observa que a os processos ocorridos nesse país constitui um processo de regionalização interno. “Geograficamente, a Venezuela é um país porte médio, caribenho e também

andino e amazônico. Historicamente, é herdeira de um passado de lutas anticoloniais e de caudilhos e no início do Século XX teve sua história modificada pela exploração do petróleo” (SANTOS, 2013, p. 81).

A busca do território nacional ainda ficou no projeto idealizado pelos venezuelanos e fazia parte do ideal bolivarianismo, portanto, um dos grandes “problemas” e colocado na pauta desse governo e a questão da coesão nacional resultando aqui em um dos itens que enquadram dos eixos, mesmo sendo um país de médio porte territorial alguns problemas assolam o país como a questão da Amazônia.

Vizentini (1995), aponta que as questões territoriais permeiam ainda a Venezuela até o século atual que passaram a ser questões sobretudo de formação histórica e ganhando força quando os projetos mais de integração internacional ganham relevância em função da necessidade da própria entrada do país como no caso do Mercosul, ou seja, necessitando o crescimento ao sul o Orenoco para a própria presença do país e de sua participação diante dos demais países que iriam compor essa região.

Figura 2 - Território Hachurado requerido pela Venezuela historicamente.



Fonte: revistaoperacional.com.br (2019).

Como questões históricas que serviriam até o presente momento de consolidar o mapa venezuelano conforme figura 2 acima.

O território assim denominado de Essequibo que constitui parte ocidental da Guiana ou metade do país é uma área em litígio que foi perdida pelos ingleses em sua formação territorial, sendo uma área que era parte antiga da denominada historicamente Guiana Inglesa como o nome retrata antiga porção do império inglês teve sua autonomia com a antiga porção do litígio, nunca foi reconhecida com parte soberana e, sim integrante da Venezuela. A questão territorial abrange outros interesses como a exploração de minérios importantes como urânio, ouro e ferro, elementos importantes para a industrialização e próximo à fronteira.

Além da questão da parte ocidental temos os limites fronteiriços marítimos que reverberam poços de petróleo e, ao mesmo tempo, reservas para futura exploração que poderá resultar no aumento do mar caribenho para uma maior exploração desse mineral estratégico potencializando a exploração para o lado venezuelano.

Na característica na complexidade da estrutura caribenha relacionada ao quadro das formações territoriais guiada pelo pensamento *ratzeliano* remonta-se ao caso brasileiro.

O pensamento ratzeliano é observado em sua teoria em função de destacar a necessidade do Estado e os laços solidários das condições geográficas existentes no território, basicamente relacionado aos fatores físicos que constitui a base espacial. Não podendo esquecer que o Estado é o único e possível organizador da vida social, essa consta apenas como um componente de sua constituição, ponto esse apontado por Castro (2009), portanto, serve como mito formador da sociedade brasileira em que o Estado precede a sociedade na constituição do país, os desígnios territoriais são naturalizados diante das condições apresentadas nos projetos que remontam suas políticas imperialistas e seu processo de formação territorial, nesse sentido, podemos citar o mito da ilha Brasil um território possivelmente pré-existente antes da chegada e delimitação de suas fronteiras pelos colonizadores que servirá como ideologia geográfica para o avanço e manutenção do território ao longo de nossa formação histórica. (LIMA et al, 2014, p. 187).

Transcrevendo no caso do país caribenho ou das ideologias geográficas que aqui se denomina de ideias baseadas em uma base territorial, tendo em vista um quadro fisiográfico que constitui o desenho de uma estrutura territorial que origina uma jurisdição, no caso venezuelano naturalizado, seria o mar caribenho e a própria formação prematura do surgimento do país diferentemente da Guiana que aparece no conjunto das

Américas, em virtude de serem como os últimos resquícios de colônias ultramarinas, e assim surgem como legados.

Tendo em vista da parte marítima, ela representa a extensão da plataforma Venezuela diferentemente das Guianas, no entanto a parte continental legitimada e reivindicada pela força continental em termos econômicos, históricos e, como já dito fisiográfico do território soberanamente colocando a Venezuela como país central mais setentrional ao norte, sendo hegemônica e situando à Colômbia como país mais ao noroeste do continente, para ser mais preciso, o país hegemônico do mar caribenho sul-americano.

Aliás, não se pode esquecer que os atritos relacionados aos poços petrolíferos ou ao seu demônio, são problemas de controle, domínio e hegemonia da Venezuela, já envolvido com problemas e relacionados com disputas anteriores com a Colômbia e que levaram a essa área em litígios entre os países, portanto, demonstrando as disputas pelo demônio desse recurso desse país.

A divergência para além do continente estende-se com a plataforma continental aumentando sua área territorial para além das terras emersas fundamentais que é uma tendência em várias partes do mundo e tendência na América do Sul, das plataformas em função dos recursos existentes e aumentando consideravelmente seu território, assim como, os recursos existentes sendo que está contido neles e passou a ser reivindicados pelos países.

Essas questões são problemáticas e emergem com seu cenário político e econômico, com a queda do valor do petróleo, as exportações e dependência desse bem. O valor agregado e a sua dependência constituiu-se em grandes problemas para o país e suas pretensões ou planejamento que não conseguiram tornar-se real além do discurso.

A Buscar equidade social e a democracia bolivariana deixaram, de ser exemplo, como ideologia para uma sociedade melhor comparada aos ideais neoliberais que deixaram de ser atraentes, como Equador e a Bolívia que eram países mais próximos dessas pretensões e que forma esvaziada em função dos países de governo direito via Estados Unidos que fortaleçam esses países pró-Estados Unidos que voltam com uma retomada no continente.

Através da observação do processo econômico e político da Venezuela desde 1958, com a assinatura do Pacto Puntofijo, até os dias de hoje, percebemos que para que hoje a estabilidade econômica. A partir do momento em que a crise econômica se instala, causa efeito direto na estrutura política do país, desestabilizando-a. (MACIEL, 2007, p. 03).

A problemática em torno do país caiu sobre a retomada do jogo geopolítico, chegada dos Estados Unidos, apoio norte-americano, os governos de direita apoiados por esse país e o fortalecimento do sistema caribenho no mar mediterrâneo, área de dominância dos Estados Unidos e que apareceu como nova prioridade em função das investidas chinesas e a própria América do Sul que na realidade aparece dentro das prioridades do Dragão asiático.

Os modelos geopolíticos serviram de estabelecimentos para novas fórmulas de constituição de novos poderes como foi o caso de venezuelano.

Na era da geopolítica naturalista, que coincide, *grosso modo*, com a ordem geopolítica da rivalidade inter-imperial, vão se desenhar modelos geopolíticos cuja principal característica foi enfatizar o caráter determinante da localização geográfica ou das condições ambientais. O relativo êxito de certos Estados na competição internacional era atribuído às vantagens absolutas que sua localização lhes proporcionava e a algumas condições meio ambientais superiores (AGNEW, 2003, [2005, p. 119).

Um Estado estaria condenado, por exemplo, à falta de estabilidade, caso se encontrasse em uma localização *maldita*, enquanto poderia gozar de certa tranquilidade em outras latitudes. A explicação do comportamento dos Estados, nesse tipo de geopolítica, respondia a uma metafísica do solo, do território: acompanhavam forças telúricas das quais, em termos gerais, não poderiam escapar. (CAIRO, 2018, p. 210).

Um dos últimos redutos da geopolítica dominante Tio San, ou seja, área tradicional que sempre de seu domínio, nunca foi eminentemente disputada pela ousadia de uma grande potência, diferentemente da Ex- URSS através de Cuba. A China chegou ao mediterrâneo caribenho e ao mesmo tempo avançou sobre a América do Sul via mar Pacífico, que fortaleceu ao longo do tempo tornando-se importante em todo tipo de fluxos, consolidando a geopolítica mundial.

O FIM DOS REGIMES

A constituição de novos regimes democráticos tendo como ponto uma alternativa do modelo norte-americano, ou seja, tendo em vista que a flexibilidade ou

mudança guiada dessas democracias não atendem necessariamente apenas o governo norte-americano, países como Equador, Bolívia, Venezuela, Honduras. Brasil na época LULA, apesar de suas contradições resolveram adotar um regime de característica mais nacionalista.

As transformações profundas na cooperação sub-regional com a formação da Unasul, as mudanças no Mercosul com maior ênfase na dimensão política, na inclusão de mecanismos de participação da sociedade civil e uma inédita preocupação com a assimetria estrutural e a constituição da Alba, sob liderança venezuelana, levaram ao que a literatura denominou regionalismo pós-liberal, cujas características são: primazia da agenda política, papel do Estado na coordenação econômica, preocupação com questões sociais, que vão da neutralização das assimetrias estruturais entre os países à inclusão de amplos segmentos antes excluídos dos direitos da cidadania política e dos benefícios econômicos com a erradicação da pobreza na região (Sanahuja, 2010). Em alguns casos, como a Venezuela, Bolívia e Equador, agregou-se uma dimensão marcadamente antiliberal e repúdio à dinâmica do regionalismo aberto defendido pelos Estados Unidos. (NERY, 2016, p. 06).

Em função de novas investidas dadas por suas diretrizes dentro do continente, sofreram ações coordenadas pelos Estados Unidos internamente, que constituem alguns percalços em seus regimes políticos apoiados de formas implícitas das ações dos norte-americanos. Aliás, não é apenas uma ideia fantasiosa ela já foi concreta em golpes de Estados na América do Sul que resultou em derrubadas em quase totalidade do continente nos países.

Com a retomada dos novos dirigentes, ascendentes de direita observa-se uma nova ação contra os regimes tendo em vista a derrubada desses governos, o regime bolivariano sofreu inúmeros reverses como a falta de legitimidade do mesmo sendo democraticamente eleito grupos de opositores, até o presente momento terminam não reconhecendo o governo.

A incitação pelos Estados Unidos e países do Grupo procura criar motivos para confabular situações como bloqueios que servem de manobrar para tirar o governo de Nicolás Maduro agravando os problemas de ordem social e política na Venezuela (LIMA; OLIVEIRA; SILVA, 2014).

A retomada de uma nova onda neocolonização que assola o continente da América do Sul representa um momento atual que pode durar com o governo Trump com sua prorrogação refletindo diretamente com mais forças como em países da Venezuela.

Tendo em vista o destino manifesto norte-americano como o Caribe o Oceano Atlântico passou a ser área de atuação clara nas políticas atuais de sua atuação.

Todavia a dinâmica de transformação geopolítica em torno dessas jazidas do Atlântico Sul permanecem, mais que válida, para as demais potências que buscam suas seguranças energéticas. Assim, parece viável a ideia de que os EUA, ao manterem uma política assertiva face os assuntos do Atlântico Sul, ou seja, securitização do petróleo e das linhas de comunicação marítimas desse oceano, intencionam, como prioritário, reafirmar-se como a potência hegemônica global. É digno de registro que a OTAN, embora seja um organismo de defesa coletivo, não estatal e não privativo dos EUA, desenvolveu ações e pretensões sobre o Atlântico Sul. A OTAN disseminava a ideia de uma Bacia Atlântica única, onde o Atlântico Sul se conectava ao Atlântico Norte como um continuum daquele. (GÓES; SILVA, 2017, p. 69).

O governo continuará a estimular insurgências no cenário político, sendo a retomada de um candidato democrático, poderíamos constitui um novo modelo com apoio de nova tendência no continente sul-americano até mesmo intervindo na constituição e na geopolítica venezuelana, ganhando novos rumos em termos de direcionamento.

A problemática em torno da América do Sul, gira em torno de questões relacionadas os potenciais mundiais, tradicionalmente os Estados Unidos dentro de uma perspectiva histórica onde foi estabelecida uma antiga relação, ou seja, condicionante os países da sub-região, tendo em vista o julgamento econômico dentro de uma perspectiva econômica, geopolítica, e relações de constituição aqui falamos de institucionalização social.

Ela expressa, de um lado, as tendências de contração desse sistema como um todo (os movimentos centrípetos), processo que tem sido associado à construção de uma governança mundial que teria adquirido notável relevância com o fim da bipolaridade e para a qual, mais que os efeitos do clássico equilíbrio de poder entre as potências ou os estados em geral, a conquista da paz duradoura seria o resultado do funcionamento adequado e contínuo de um conjunto virtuoso de fatores políticos e institucionais. Trata-se de concepção que indica a predominância de um quadro geral cujos contornos sugerem a vigência do cenário traçado pelas antigas e novas teorias chamadas genericamente de construtivistas. Nas suas formulações contemporâneas – ou do pós-Guerra Fria – foram incorporados ingredientes típicos da nossa época, como o recente crescimento e complexização do sistema internacional, que passa a integrar os novos atores estatais e não-estatais, os ganhos de legitimidade e de eficácia do Direito Internacional com as suas normas e regulações diversas e, especialmente, a constituição de uma Ordem Mundial que agora está assentada em um ativo multilateralismo e que tem sido posicionada no topo desse sistema. Segundo essa perspectiva, ainda, encontram-se nos demais estágios dessa pirâmide os diversos arranjos regionais em estágios variados de constituição e consolidação, os estados

nacionais, as empresas transnacionais e uma miríade de organizações não-estatais com atuação internacional (COSTA, 2009, p. 02).

Apesar das colocações de Costa (2009) atentarem para um poder múltiplo, ao mesmo tempo de lembrar-se da constituição da organização social, ou seja, em colocarmos que essa arquitetura interna dá a sustentação das sociedades nacionais, ou mesmo dos Estados que constituem como apenas Estados Territoriais e sim Estados Nações, esse quadro ainda não foi consolidado em boa parte da América do Sul na fundiu com o Estado.

Os problemas de ordem social, econômica e política ocorrendo ou mesmo de diferentes esferas institucionais, a implicação desses fatos fragilizam os problemas em torno desses países, os problemas enfrentados pelos países da América do Sul, ou sua pendência histórica afetam assim os problemas das diferentes ordens nesses países.

A engrenagem, portanto, o alicerce da constituição desses Estados ainda precisa de uma formação mais madura e o aprofundamento das suas sociedades. Tendo em vista que suas sociedades não são partes componentes da formação de seus estados.

Seu argumento principal é que a globalização, por mais problemas que possa ter, conduz a governos estáveis e a políticas exteriores dos Estados previsíveis e pacíficas. Nesse sentido, os problemas no mundo surgem exatamente naqueles Estados que tentam resistir à globalização. Desse modo, em seu modelo (Figura 6), o que ele denomina “centro funcional” (Functioning Core) seria caracterizado por sua integração graças à conectividade de redes, às transações financeiras, aos fluxos de informações midiáticas e à segurança coletiva, enquanto a “brecha não integrada” (NonIntegrating Gap) careceria, em diferentes graus, dessas características, conduzindo estas regiões a “regimes politicamente repressivos, à expansão massiva da pobreza e da enfermidade, assassinatos massivos rotineiros e – o mais importante – a conflitos crônicos que envolvem a geração seguinte de terroristas” (2003). Se observarmos o mapa da “brecha não integrada”, podemos ver que nela está incluído o Caribe, a América Central e a maior parte da América Andina – é significativa a ausência do Chile. Como era de se esperar, em seguida, na lista de problemas reais anexada por Barnett (2003), estão incluídos países como Haiti e Colômbia, que se ajustam bem ao seu argumento. E, surpreendentemente, inclui-se também a Argentina e Brasil, que sequer compõem a dita “brecha não integrada”. Quais são os motivos que levam a Barnett a este juízo? Entre os princípios argumentos que Barnett utiliza está, nem mais nem menos, o de que ambos os países tentam resistir à ALCA, que o Brasil não cuida da Amazônia e permite que se continue produzindo um dano ecológico incalculável nessa área ingovernável. (CAIRO, 2008, p. 234).

O vácuo na constituição de poder, ou mesmo, da ausência da sociedade constituem um dos elementos na formação dos Estados desse subcontinente, país como

Brasil que passa problemas voltados para a extrema direita, ou a ideologia autoritária com a constituição com o atual governante, uma proximidade com o controle de países fortes economicamente, ao mesmo tempo do controle de uma ideologia de subordinação, que vivem em função de seus processos.

Esses vácuos da sociedade constituem anomalias por nós denominados como ponto crucial da constituição da solidificação dos estados, ou seja, a necessidade que parte nos Estados periféricos é as sociedades nacionais, um dos elementos que não formaram nos Estados da América do Sul. Tendo em vista a estruturação suas ações diferem dos países ditos centrais.

Os problemas relacionados ao Brasil constituem um ponto central, ou seja, sendo o país “líder” que constituem exemplo aos demais países desse continente, no entanto, as características periféricas fazem parte da sua caminhada como uma sobra de características de países subdesenvolvidos que implicam diretamente em sua liderança e consolidação no continente.

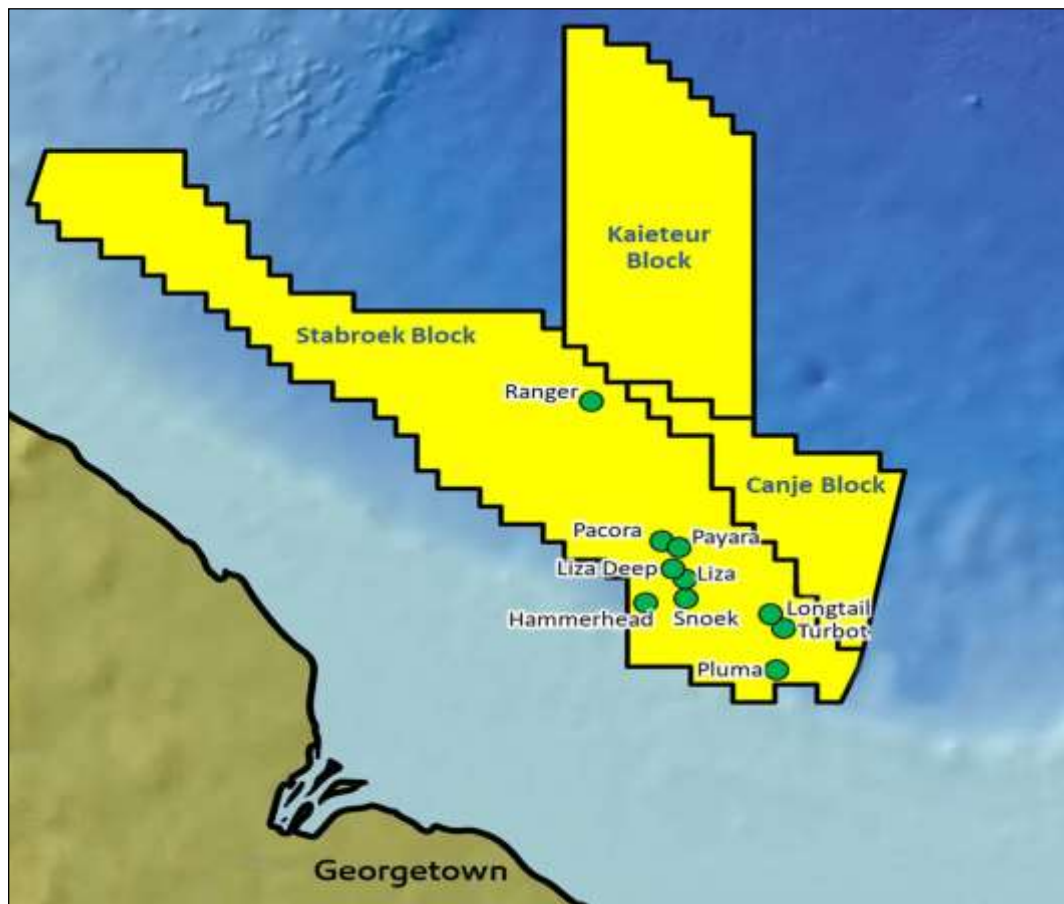
O Brasil não conseguiu consolidar-se no continente seus projetos geopolíticos e ficaram nos discursos, os problemas não foram solucionados, a liderança esperada pelos países que compõem a região não conseguiu lograr a ascensão que as projeções brasileiras não ocorreram, portanto, a busca da Venezuela em ser líder da região foi na realidade ocorrida em função dos problemas mesmo pelo Brasil.

A Guiana uma nova chance?

A descoberta da Exxon Mobil 20 bilhões anuais de Barrios de petróleo, constituem um elemento que pode constitui- se um novo cenário sul americano, sendo que pode incrementar o papel da Guiana, resultando em alguns problemas em função da sua localização e vizinhança com a rival Venezuela.

A estimativa para a projeção econômica conforme a figura 03 deverá refletir na atividade econômica do país.

Figura 3 - Poços Conhecidos de Grande Produção de Petróleo.



Fonte: <http://pt.oedigital.com/news/>

As dificuldades surgidas trazem como dito o antigo litígio, repercutindo diretamente no Estado frágil guianense, em função das suas instituições. Trata-se de um país fracamente representado e ao mesmo tempo com uma conturbada vizinha, tento consolidar-se com o chavismo e ao mesmo tempo passa por uma grande crise política, econômica que acarretará com sérias dificuldades em torna-se importante no cenário da América do Sul. Conforme visto abaixo.

Este é o improvável cenário do próximo grande surto de exploração do petróleo. Nos três anos mais recentes, perfurou oito generosos poços oceânicos de prospecção. Com o potencial de gerar uma receita de US\$ 20 bilhões anuais a partir do petróleo já no fim da próxima década, pode haver uma recompensa grande o bastante para melhorar a vida de praticamente todos os guianenses. Um dos países mais pobres da América do Sul pode se tornar um dos mais ricos do continente.

Subitamente, o assunto mais falado de Georgetown é uma proposta de fundo soberano para administrar todo esse dinheiro, aos moldes de um emirado do Golfo Pérsico.

Mas os países que descobrem petróleo em seu território costumam desperdiçar a oportunidade, conforme o recurso natural é apropriado pela corrupção (PT.OEDIGITAL.COM/NEWS, 06/08/2019).

Os problemas relacionados ao extremo norte dos países da América do Sul o do denominado escudo das Guianas, constituem um elemento com seu surgimento, portanto, verberará diante dos problemas atuais que são na realidade, problemas coloniais e ao mesmo tempo ainda consolidação de suas fronteiras na geopolítica das guianas no continente sul-americano.

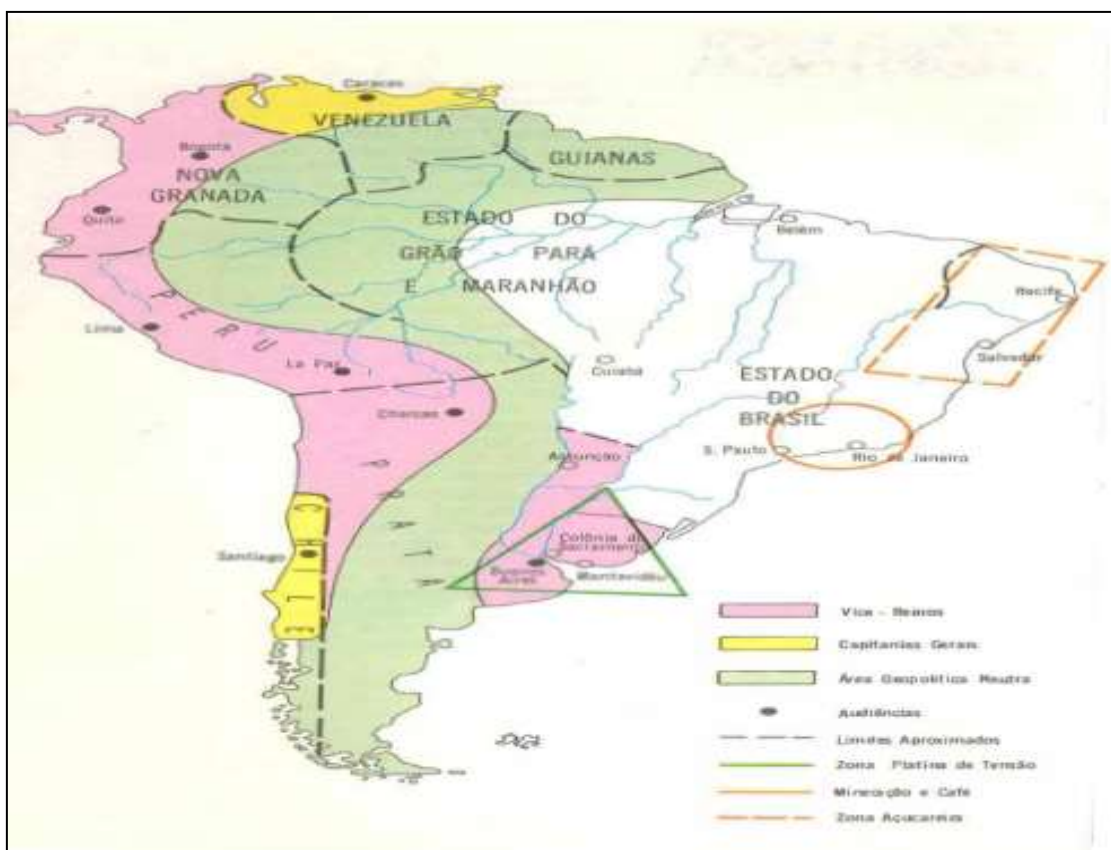
Essas relações inter-guianenses foram mais difíceis entre o Suriname e a República da Guiana, apesar das semelhanças étnicas, culturais e político-históricas (independências bastante recentes e pertença à organismos comuns), principalmente por causa dos litígios fronteiriços já mencionados numa zona rica em petróleo. Depois da sentença arbitral de 2007 dando razão à Guiana, o Suriname reclamou, mas aceitou a decisão. Continua, porém, a reivindicar a porção que perdeu, mas de forma diplomática (ainda não ratificou o acordo), até se por enquanto os projetos bilaterais de cooperação entre os dois Estados ainda não se concretizaram (Moreira, 2012). Essa derrota fez as autoridades do Suriname procederem com ainda mais rigor contra os navios pesqueiros guianenses surpreendidos nas suas águas territoriais. O mesmo problema, implicando pescadores do Suriname nas águas francesas, permitiu em 2015 a assinatura de um plano conjunto de luta franco-surinamense contra a pesca ilegal na 4ª comissão mista transfronteiriça. Mas, com a Guiana, as coisas parecem longe de se concretizar. (GRANGER, 2016, p. 86 - 87).

As constituições territoriais têm como essência a formação social desses países que implicam diretamente na formação dos países do continente na constituição desses territórios, um dos elementos fundamentais e as instituições que compõem como cerne das questões de suas formações territoriais implicando de forma direta e suas pretensões ou geopolíticas, sendo assim, repercutindo a sua existência geográfica mesmo geográfica ao tratarmos em sua existência, como Estado e unidade do continente.

Apesar de ser desprezada como parte da constituição do continente, ao mesmo tempo temos a constituição que busca uma proximidade geográfica, com o território brasileiro, a preocupação com esses escudo, passou parte das preocupações com Meira Mattos, um dos expoentes da geopolítica brasileira, o processo de integração, as pretensões brasileiras conforme Lima Et al (2014), que demonstram que o interesse por essa porção do território, ou seja, para te mais extrema e do sistema geográfico que daria uma nova porta de saída para o sistema geográfico das guianas.

Na regionalização geopolítica de Castro (1986) As Guianas aparecem como região neutra na formação da porção do continente conforme figura abaixo.

Figura 4 - Regiões Geopolíticas da América do Sul na Formação da Origem dos Estados.



Fonte: Therezinha de Castro (1986).

A identificação levando em consideração a origem dos Estados e suas estabilidades territoriais, como entidade política, tendo como perspectiva as ações atuais e as zonas de estabilidades geopolíticas demonstra que os fatores formatam novas dinâmicas territoriais que redesenharão o mapa interno do continente. Em função do desdobramento dos acontecimentos geopolíticos que refletirá no desenho interno das entidades geopolíticas como é o caso dos campos do petróleo no mar do Caribe.

CONCLUSÕES

Pensar na América do Sul como zona de calmaria, é necessário recorrer a falta de não se compreender a realidade, apesar de muitos analistas geopolíticas apontarem para o dinamismo da zona do pacífico e, ao mesmo tempo de apontar a China como autor sintagmático do Século XXI ultrapassar a importância dos Estados Unidos, nota-se que a visão apenas aparente não se limita apenas à ação da borda continente ocidental da bacia do Pacífico.

A questão dos recursos existentes constituindo ainda as configurações territoriais como observado no Brasil e Venezuela são diretamente elementos de disputas das grandes potências, pensando em último caso, apesar do finitude do recurso petrolífero e, ao mesmo tempo da busca da posição em manter uma nova autonomia política diante dos Estados Unidos que atinge diretamente seus interesses em todo seu plano, sobretudo, no continente americano.

O Avanço chinês e ação de grandes potências como a Rússia instigam diretamente o regime geopolítico venezuelano apesar de toda pressão da lutar pela sua resistência e permanência, não obstante da contraofensiva norte-americano com governos de direita para a degradação do regime bolivariano e a geopolítica da Venezuela em algumas nuances ainda esperam ocorrer e que pode acontecer na constituição da América do Sul.

O cenário geopolítico ainda em formação e sua instabilidade caracterizava pela disputa dada em função da luta de posição de destaque para a liderança mundial, isso refletirá diretamente em um cenário “conturbado” dado em função das grandes potências, ou seja, a formação de uma ordem que tem como países centrais os Estado Unidos e China, os quais terminam refletindo diretamente nos países da América do Sul.

Não se pode esquecer que a conjuntura interna e reflexa dessas forças possa refletir em países como Venezuela, Guiana, Brasil sentido em toda a América do Sul. O Cenário conturbado.

Para Granger (1916), representa em parte que compões a Amazônia caracterização partes dos elementos de um grande geopolíticos no subcontinente na Amazônia, portanto, abrem caminhos para novas possibilidades caminhamos para novos mosaicos, ou seja, as des(vantagens) de vários cenários que podem ocasionar toda região,

Lima apud (2014) ressalta que a partir dos anos de 2000 seguindo uma direção *ratzeliana* à procura do espaço vital no sentido de uma busca de comando pelo continente por meio do continente, pelo mar caribenho, com intenção de dominar os países que formam o subcontinente.

No entanto, analisando as situações geopolíticas em relação ao continente sul-americano, Travassos (1935) verifica que as qualidades geográficas são essenciais para o desenvolvimento das políticas dos Estados, refletindo nas aspirações hegemônicas pela liderança regional, buscando a hegemonia na América do Sul entre Brasil e Argentina.

Sobretudo, “O Estado é obrigado a viver do solo. Ele possui invariavelmente apenas as vantagens oferecidas por um solo que lhe é assegurado”. (RATZEL *apud* Pfrimer, 2011, p. 51).

Portanto, a problemática ainda que seja um dos cerne da questão, está diretamente ligado ao sistema geográfico onde seu condicionamento e é ligada aos condicionamentos dos elementos e somados as políticas territoriais.

REFERÊNCIAS

ARCASSA, W. S. Novos Horizontes da Geografia Política em Richard Hartshorne. **Geographia Opportuno Tempore**, volume, Número, 2017.

BERTONHA, J. F. Notas sobre a geopolítica do petróleo no século XXI. **Meridiano 47**, n. 55, p. 2, 2005.

CAIRO, H. A. América Latina nos modelos geopolíticos modernos: da marginalização à preocupação com sua autonomia. **Cad. CRH**. Vol.21 no.53. Salvador May/Aug. 2008.

CASTRO. Therezinha. **Retrato do Brasil**: Atlas- Texto de Geopolítica, Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1986.

COSTA, Wanderley Messias da. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. **Confins** [Online], 7 | 2009.

EXXONMOBIL FAZ DUAS DESCOBERTAS NA COSTA DA GUIANA. Disponível em <<http://pt.oedigital.com/news/exxonmobil-faz-duas-descobertas-costa-guiana-278115>>. Acessado em 13 de jun. 2019.

GRANGER; Stéphane. Geopolítica no Platô das Guianas: rivalidades e cooperação regional. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 7, nº 1, p. 68 - 94, jan./jun. 2016

GÓES, G. S.; SILVA, B. B. A. Estados Unidos, China & a Geopolítica do Petróleo no Atlântico Sul: uma Análise sob a Ótica da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 32, n. 64, p. 49-88, jan./abr. 2017.

LIMA, W. T.; OLIVEIRA, A. M. L; SILVA. I. O. Geopolítica do Sistema Geográfico Brasileiro na Bacia Caribenha. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 1, número especial, p. 186-201, jul./dez. 2014.

MACIEL, Natália Regina. Reforma Política e Política Externa na Venezuela: Uma Ameaça à Segurança Continental sob a Ótica Norte-Americana. **Intellector**, n. 6, p. 1-14, 2007.

MOREIRA G. B. Petróleo: bênção ou maldição? In. MOREIRA, G. B. **A política regional da Venezuela entre 1999 e 2012: petróleo, integração e relações com o Brasil** - Brasília: FUNAG, 2018.

NERY, T. UNASUL: a dimensão política do novo regionalismo sul-americano. **Cad. CRH** vol. 29, Salvador. 2016.

PENNAFORTE, C. **Análise dos Sistemas-Mundo**: uma pequena introdução ao pensamento de Immanuel Wallerstein: Rio de Janeiro: Cenegri Edições, 2011.

ROCHA; Regivaldo Sena da. A Inserção das Guianas no Pensamento Estratégico Brasileiro: do Período da Colonial ao Presente. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. UFRN. Natal – RN.

SANTOS, N. P. D. Brasil e Venezuela: as origens de uma geopolítica amazônica. **Revista Científica do Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia** - NUPEPA/UFRR Volume 01, Número 01, 2013.

SCHENEGOSK, A. M.; ALBUQUERQUE, E. S. A geopolítica da política externa bolivariana. **GEOUSP – Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 71-82, 2014.

SILVA, E. P. **A influência da Revolução Bolivariana na América do Sul**: possíveis reflexos para o Brasil no campo militar do poder nacional. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Militares.) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. ESPEX, Rio de Janeiro – RJ.

VIZENTINI, P. G. F. Venezuela e Brasil na Política internacional: Um ensaio exploratório. In: Guimarães, Samuel Pinheiro (Org.). **Brasil e Venezuela**: esperança e determinação na virada do século. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais/Fundação Alexandre de Gusmão, 1995, p. 19-43.

Wendell Teles de Lima - Possui graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (2000), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (2008), doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (2015) e pós doutorado em geografia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2021). Atualmente é professor da Universidade do Estado do Amazonas, prof do modulado geogr. política matutino da Universidade do Estado do Amazonas e prof do modulado geogr. política vespertino da Universidade do Estado do Amazonas. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política, atuando principalmente nos seguintes temas: geopolítica, amazônia, fronteira, amazônia. fronteira. desenvolvimento regional. e geografia.

Maico Apaguenho Curico - Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Pós Graduado em Metodologia do Ensino de Geografia e História pelo Grupo Educacional Faveni. Mestrando pela Universidade Federal de Rondônia. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase a Cartografia Social, abrangendo a Geografia Política, Geografia Física e Humana. Colaborador do projeto, Nova Cartografia Social da Amazônia, do Município de Tabatinga-AM. Colaborador do Laboratório de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas-UEA, no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga-CESTB. Cursando o Último período da Licenciatura em História pela Universidade Paulista (UNIP)- Polo Tabatinga. 3 (três) anos de experiências como secretário e organizador de arquivo do Orientador do Programa de Apoio à Iniciação Científica-PAIC, na Universidade do Estado do Amazonas-UEA, no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga-CESTB. 3(três) anos como bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica-PAIC, na Universidade do Estado do Amazonas-UEA, no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga-CESTB.

Sebastião Perez e Souza – Graduado em Geografia. Professor da rede pública de ensino do Amazonas.

Recebido para publicação em 11 de novembro de 2021.

Aceito para publicação em 29 de setembro de 2022.

Publicado em 31 de outubro de 2022.